



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

**Referência:** Ofício 5053/2021 – GEBIN/DIOPE/SUOP/SEGER/PGDF.

**Processo TCDF:** 24.463/2019-e.

**Processo TJDF:** Mandado de Segurança Cível 0713721-11.2020.8.07.0000.

**Impetrante:** **JEFFERSON RODRIGO RODRIGUES DE FREITAS.**

**Impetrados:** Presidente do Tribunal de Contas do Distrito Federal e Secretária de Estado e Desenvolvimento Social do Distrito Federal.

**Anexo:** Cópia do Acórdão nº 1315678.

**N O T A Nº 036/2021-CJP**

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal, por meio do Ofício referenciado, encaminhou, para ciência, cópia de decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 0713721-11.2020.8.07.0000, impetrado por JEFFERSON RODRIGO RODRIGUES DE FREITAS, em face de ato praticado pela Secretária de Estado e Desenvolvimento Social do Distrito Federal e pela Presidência do Tribunal de Contas do Distrito Federal, consubstanciado na Decisão nº 850/2020 – TCDF, que manteve a alteração dos critérios mínimos exigidos para a aprovação na prova objetiva do concurso para o cargo de Técnico em Assistência Social da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal.

Ao compulsar os autos do *writ*, verifica-se que em 10.02.2021 foi proferido o Acórdão de nº 1315678, visualizado por meio do ID nº 23227521, *in verbis*:

**EMENTA**

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. SEDES/DF.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
CONSULTORIA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA

TECNICO EM ASSISTENCIA SOCIAL. REGRAS EDITALÍCIAS. CONTROLE PELO TRIBUNAL DE CONTAS. POSSIBILIDADE. ANULAÇÃO DE QUESTÕES. AJUSTE PROPORCIONAL. ARREDONDAMENTO PARA BAIXO DA NOTA MÍNIMA EXIGIDA PARA APROVAÇÃO. RAZOABILIDADE E PROPORCIONALIDADE. DENEGAÇÃO.

1. A atuação do Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, no exercício da sua competência para aferir a legalidade da admissão de pessoal, abrange, por decorrência lógica, o antecedente lógico e necessário à contratação de pessoas para o preenchimento de cargos públicos, qual seja, a realização do concurso público (CF, art. 37, II), o que está em consonância com a previsão constitucional para o Tribunal de Contas da União (CF, arts. 70 e 71, III), e é repisado na Lei Orgânica do DF e na Lei Complementar n.º 1/1994.

2. Em face da impossibilidade material de obtenção da exata pontuação mínima estabelecida no edital por qualquer dos candidatos a partir do ajuste proporcional efetivado em razão da anulação de questões, a redução da nota mínima requerida para aprovação é medida que melhor satisfaz os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Precedentes do STJ e do TJDFT.

3. Segurança denegada.

A segurança foi denegada por maioria.

À **SEGECEX**, para conhecimento, com ciência ao nobre Relator do Processo nº 24.463/19-e.

Brasília, 18 de fevereiro de 2021.

**MICHEL MARTINS DE MORAIS**  
**Consultor Jurídico Substituto**